

UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA- ES: MEMÓRIAS E NARRATIVAS (1980-1999)

Emilio Gabriel¹

Universidade Federal do Espírito Santos – UFES

Eixo Temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência e
Qualidade Social

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender parte da história da educação especial no município de Marilândia-ES entre os anos de 1980 e 1999, a partir das narrativas e memórias das profissionais da educação locais que vivenciaram o processo. Este assunto assume relevância por estudar a realidade de um município do interior, longe dos grandes centros de debate, e por não haver muitas pesquisas sobre a implantação desta modalidade em tais localidades. Utilizamos como base teórica para reflexão e interpretação dos dados produzidos, autores que dialogam com a matriz histórico-cultural do desenvolvimento da sociedade, Bakhtin e Vigotski. Objetivamos, assim, entender como se deu o processo de construção da educação especial, das políticas e da formação de professores; compreender, pelas falas das profissionais, indícios das dificuldades enfrentadas e das potencialidades de sua atuação com alunos vinculados à educação especial; e analisar os impactos das ações oficiais na prática educativa especial nas escolas municipais de Marilândia-ES, entre 1980 e 1999. Para melhor atingir estes objetivos, tomamos por base a análise qualitativa de natureza histórico-cultural. Como estratégia metodológica, trabalhamos com a entrevista narrativa semiestruturada, colhendo relatos de 9 professoras, individualmente. Os relatos foram gravados por meio de aplicativo de celular e transcritos posteriormente, sendo divididos e analisados por categorias, à luz de nossos teóricos de base, bem como de outros autores que abordaram a temática da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Pudemos concluir que, no período em tela, repetiu-se a tendência histórica de caminho da segregação para a integração do aluno com deficiência na escola comum e que, de forma embrionária, o município já se preparava para a transição à educação inclusiva, mesmo que os impactos legais dos atos referentes à educação especial na perspectiva da educação inclusiva tenham sido tímidos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Memórias. Narrativas.

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGE/UFES. E-mail: emiliogabriel11@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este texto trata dos principais aspectos de minha dissertação de mestrado em Educação, a ser defendida no dia 09/02/2023, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES), na linha de Educação Especial e Processos Inclusivos. O tema desta pesquisa foi a história da educação especial no município de Marilândia-ES, entre os anos de 1980 e 1999, tendo em vista os aspectos que marcaram a implantação desta modalidade de ensino num município interiorano do Brasil.

Vale mencionar que, nas duas décadas em que delineei minha pesquisa, o município de Marilândia-ES viveu momentos políticos e educacionais diversos, tais como sua emancipação política em relação ao município de Colatina-ES, em 1980; a reabertura política, em 1985; a promulgação da Constituição Federal, em 1988; o processo de municipalização das escolas, na segunda metade da década de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), em 1996, dentre outros eventos importantes. Logo, saber como era o trabalho de profissionais da educação em relação aos alunos público-alvo da educação especial em uma época de tantas transformações é, também, compreender como se dava a transição de políticas de segregação-integração-inclusão num município de interior.

Toda a problemática apresentada me instigou a conhecer e repensar as práticas docentes em relação aos alunos público-alvo da educação especial, trazendo à lume uma parte da história da educação especial de um município do interior do Espírito Santo que poderia se perder com o tempo.

Por esta perspectiva, ao investigar como se deu a implantação da educação especial em Marilândia-ES, propus uma reflexão, não apenas sobre os processos inclusivos dos alunos público-alvo da educação especial, mas também sobre a atuação de profissionais da educação inseridos neste processo, uma vez que são sujeitos que mediam, atravessaram e foram atravessados por momentos únicos da educação local.

Assim sendo, de acordo com a temática proposta, elenquei como objetivo geral: compreender parte da história da educação especial no município de Marilândia-ES entre os anos de 1980 e 1999, a partir das narrativas e memórias dos (as) profissionais da educação locais que vivenciaram o processo, tendo como objetivos específicos: a)

entender como se deu o processo de construção da educação especial, das políticas e da formação de professores, no município de Marilândia-ES entre os anos de 1980 e 1999; b) compreender, pelas falas das profissionais, indícios das dificuldades enfrentadas e das potencialidades de sua atuação com alunos vinculados à educação especial; e c) analisar os impactos das ações oficiais na prática educativa especial nas escolas municipais de Marilândia ES, entre 1980 e 1999.

Para alcance dos objetivos propostos, esta pesquisa buscou respaldo teórico no materialismo histórico-cultural de L. S. Vigotski e no pensamento de M. M. Bakhtin, com seus estudos sobre a filosofia da linguagem.

Para a produção dos dados que embasaram nossa análise, este estudo apoiou-se metodologicamente na pesquisa de natureza qualitativa e teve como método a entrevista narrativa semiestruturada.

REVISÃO DA LITERATURA

Para ter um norte no início de nossa² pesquisa, busquei outros estudos acadêmicos que se aproximassem do que queríamos empreender, selecionando, por fim, sete estudos, que seguem abaixo, na tabela 1.

TABELA 1: TRABALHOS SELECIONADOS NA REVISÃO DE LITERATURA DA DISSERTAÇÃO

Nº	Ano de defesa	Tipo de trabalho	Nome do autor(a)	Instituição	Título do trabalho
1	2019	Dissertação	Thaís Aquino Sigarini Botelho	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Educação Especial em Corumbá-MS do período 2007-2018
2	2016	Tese	Elisângela Leal de Oliveira Mercado	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	Identidades do professor de Educação Especial no contexto de Maceió-Alagoas
3	2015	Dissertação	Maria Conceição	Universidade Estadual de Feira	A política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: trajetórias de uma

² A partir deste ponto, utilizo a primeira pessoa do plural para dialogar de modo dialógico e histórico-cultural com demais autores e sujeitos que fizeram parte do estudo, assumindo a característica dialógica de Bakhtin e histórico-cultural de Vigotski.

			Pimentel dos Santos	de Santana - UEFS	política em ação no município de Tucano-Bahia
4	2014	Dissertação	Rosália Aparecida Simões Santana da Costa	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	O campo da Educação Inclusiva em São José dos Campos-SP (1989-1998)
5	2013	Dissertação	Maria da Glória Lima Pereira Vernick	Universidade Federal do Paraná - UFPR	A política de Educação Especial no município de Pinhais-PR (2008-2001) e o direito à Educação Inclusiva
6	2013	Tese	Maria Edith Romano Siems-Marcondes	Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	Educação Especial em Roraima: História, Política e Memória
7	2009	Dissertação	Francymara Antonino Nunes de Assis	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Inclusão educacional de crianças com deficiência no município de João Pessoa: as representações sociais das mães (1996-2006)

Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da análise das dissertações/teses, pudemos perceber similaridades em relação ao que pesquisamos. Primeiramente, a abordagem de cunho qualitativo, explicitada em todos os estudos e que guiou a análise dos dados produzidos, além do trabalho com as narrativas, opção viável na produção de dados em que constam processos envolvendo sujeitos subjetivos inseridos em determinado contexto social, uma vez que a “subjetividade [é] a característica individual manifestada por um sujeito biológico que se dá a partir das relações sociais e culturais” (ARAÚJO; TRENTO, 2020, p. 135), o que corrobora com nosso referencial teórico, pautado no materialismo histórico-cultural.

Além disso, destacamos o caráter de construção de histórias a partir de falas dos sujeitos em diferentes partes do Brasil, seja para conhecer como se deu a implantação da educação especial numa perspectiva inclusiva nestes locais, ou mesmo para desvelar dificuldades e potencialidades na construção desta modalidade de ensino, como pesquisamos em Marilândia-ES.

Assim sendo, foi através da execução da apreciação da fala de outrem que se tornou possível construir um conhecimento científico acerca dos temas propostos em cada estudo, bem como realizamos na pesquisa, ao promovermos entrevistas semiestruturadas para produção dos dados, como em Botelho (2019), Mercado (2016), Santos (2015), Costa (2014), Vernick (2013), Siems-Marcondes (2013) e Assis (2009).

Outro ponto a ser destacado é a pouca produção acadêmica sobre a educação especial em municípios do interior do Brasil. E, mais ainda, constatar que não há estudos que englobam municípios do interior do Espírito Santo, estado que é considerado avançado quanto à implementação da educação especial na perspectiva inclusiva. Daí o ineditismo desta pesquisa, que tem como espaço de estudo um município de pouco mais de dez mil habitantes, na zona rural do Espírito Santo.

Ademais, esta pesquisa se diferencia de outras no aspecto temporal/espacial. Marilândia emancipou-se de Colatina, noroeste do estado do Espírito Santo, em 1980 e, de lá para cá, viveu realidades dinâmicas em seu contexto político-educacional, tais como o fim da Ditadura Civil-Militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, além da municipalização das escolas do campo ou urbanas, processo iniciado na segunda metade da década de 1990, períodos estes abarcados no estudo.

Para realizar o contraponto da história da educação especial local com a nacional, recorreremos a dois clássicos da temática: *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI* (2004), de Gilberta de M. Jannuzi, e *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas* (2011), de Marcos J. S. Mazzotta. Estas obras foram de suma importância por trazerem, além da trajetória da educação especial no Brasil, informações detalhadas sobre o período de minha pesquisa, 1980 a 1999. Por meio delas, foi possível entender as dinâmicas históricas em seus variados contextos e como isso se refletiu nos atos legais relativos à educação especial. Assim, cruzando informações entre o macro e o micro, realizamos uma ponte entre a teoria e prática, relacionando-as com o contexto histórico vivido no município de Marilândia-ES.

Para finalizar esta revisão da literatura, é importante colocar em relevo que foi necessário buscar vários atos legais promulgados no Brasil dentro do recorte temporal em tela na pesquisa, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9394/96,

dentre outros que contribuiriam para o desenvolvimento da educação especial. Além disso, foram consultadas obras de autores de nosso referencial teórico-epistemológico, Bakhtin e Vigotski, para estreitar os conhecimentos sobre seus conceitos ligados à comunicação, ao desenvolvimento humano, ao aprendizado, à linguagem, ao meio, dentre outros, caros ao estudo realizado.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Apresentar diálogos conceituais com Bakhtin, Vigotski e seus estudiosos é mergulhar no mundo da interação verbal, do atravessamento de significados e dos múltiplos discursos presentes na coletividade e produzidos na subjetividade de cada ser. Já de início, percebemo-nos atingidos em nosso método, uma vez que estudar as narrativas é estudar a composição da comunicação e da construção de significados com vistas ao levantamento histórico do que foi.

Iniciaremos por elucidar alguns conceitos bakhtinianos em diálogo com Vigotski, sabendo que todos giram em torno da teoria dos gêneros discursivos e da proposição dialógica do ser. Inclusive, para Bakhtin, “ser é comunicar-se dialogicamente”, conforme conhecida frase. Ou seja, nunca estamos sozinhos em nosso discurso, pois todos os discursos são atravessados pelo outro, respondem a um outro discurso, sucedem falas anteriores, e isso é a essência do ser humano. Por isso, para Bakhtin, quando nos comunicamos, somos partícipes dos gêneros discursivos que têm certa estabilidade dentro de um sistema comunicativo de uma dada sociedade/atividade humana. Ademais, esses gêneros discursivos nos preenchem desde o nosso primeiro contato com a linguagem e, daí em diante, viveremos imersos neles como elementos de nosso meio, tomando ideia amplamente defendida por Vigotski.

Nossa entrevista para produção de dados é dialógica – conceito bakhtiniano – justamente por isso: são pessoas rememorando épocas passadas, revisitando-as e refletindo sobre elas para formar o discurso em forma de enunciado. Essa caminhada elas não fizeram sozinhas, senão com outros. O próprio processo de narrar diante do outro ou de interpretar o discurso do outro já constrói o sentido dialógico da linguagem, concordando com Vigotski, quando afirma que

Para convivermos uns com os outros, transmitirmos nossas ideias uns aos outros, precisamos saber generalizar os pensamentos que transmitimos

porque o pensamento não pode ser transposto diretamente de uma cabeça para outra (2021, p. 281).

A comunicação gera os gêneros discursivos, que são construídos por meio de signos e símbolos, representações dialógicas externas ao ser e pelos quais damos sentido à comunicação. Logo, “não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados [...]” (BAKHTIN, 2014, p. 35). Isso acontece, pois, o uso de signos e sua simbologia estão interligados à sociedade em que esses signos são utilizados.

Nas narrativas, o conhecimento da simbologia que envolve os signos utilizados numa determinada dialogia é de suma importância, uma vez que dar sentido à fala subjetiva e torná-la produto da história requer conhecer seus significados, não só em palavras, mas em reações sensíveis, tais como pausas, suspiros, olhares perdidos, lágrimas, dentre outras manifestações.

Nas entrevistas narrativas, esses sinais ligados aos sentimentos exercem suma importância para desvelar o comportamento humano em um dado momento, ressaltando o que ficou escondido na ausência de palavras, mas se refletiu em expressões genuinamente humanas. Sobre isso, Vigotski (2018, p. 131) nos diz que “tudo nos permite afirmar que a emoção é de fato um sistema de relações relacionado de modo reflexo a esses ou aqueles estímulos”. Ou seja, os estímulos seriam o despertar da memória através da entrevista, que gera reflexos do que foi e cria novos contornos orais com base nessa rememoração.

Outrossim, a comunicação linguística, entendida como a principal dentre as funções psíquicas superiores no homem, para Vigotski, é a maneira como organizamos internamente nossas experiências e com a qual refinamos o pensamento (2018), ideia complementada por Bakhtin, para quem nos comunicamos por meio de uma língua que nos faz membros de uma mesma comunidade comunicativa.

Logo, foi um dos desafios do estudo, captar o conteúdo do discurso e como ele se articulou com o período histórico estudado, tendo como fio condutor as informações trazidas por nossas entrevistadas. Neste caso, foi de suma importância reconhecer que, conforme nos indica Bakhtin, todo discurso tem sentido ideológico e busca responder algo suscitado pela realidade objetivada. E, para que pudéssemos

mergulhar nessa reflexão, tivemos que recorrer a outro conceito bakhtiniano: o discurso. É impossível dissociar a ideia de dialogia, de enunciado, de signo e de língua da concepção de discurso, pois ele liga os falantes ao contexto em que estes utilizam a comunicação verbal. O discurso em Bakhtin sempre é determinado por quem fala e para quem se fala. Mas, longe de ser uma comunicação restrita, o discurso é múltiplo, pois nele estão várias vozes que atravessaram a reflexão do sujeito em resposta a um outro discurso, seja ele qual for, em qualquer época.

Neste ponto, é importante lembrarmos do conceito de meio em Vigotski. O meio é determinante para o desenvolvimento não só do ser enquanto biológico, mas enquanto ser social, inclusive impactando fortemente em seu processo de formação intelectual. A linguagem, bem como outros fatores sociais, determina o ser subjetivo, mediado pelo ambiente em que este ser se encontra, pois é ela a forma de interação do sujeito com o que se encontra a sua volta.

Como pudemos ver, os conceitos apresentados até o momento se entrelaçam e, muitas vezes, aparecem na obra de Bakhtin em relação de interdependência. Isso se deve ao caráter dialógico sempre presente em Bakhtin (até mesmo em seus conceitos). Para ele, partindo da ideia de dialogia, os enunciados estão sempre em contato, sejam anteriores, de outros sujeitos ou nossos.

Percebemos, por isso, a importância da reconstrução escrita do que se rememora: é uma forma de construir, por meio de várias vozes, um texto carregado de significados que adquire características polifônicas no exercício dos sujeitos que se atravessaram em dado tempo/espaço. Poderíamos, assim, apontar a obra, o texto, o enunciado, como polifônicos, devido as várias avaliações e contribuições anteriores que a geraram, além de pontuarmos que ela própria será elemento constituinte de outras obras, outros textos, outros enunciados que virão, devidos, em partes, a sua própria existência material.

Em Vigotski (2000), encontramos esta característica polifônica dos outros em nós quando o autor se refere ao nosso desenvolvimento cultural, permeado pelos outros que nos constituem e nos fazem desenvolver as funções psíquicas superiores por meio do que é externo e vai se internalizando, por meio de diversas vozes, pois ela é de cunho social, uma relação entre pessoas no plural, uma relação real, uma relação de cooperação, que se transforma em comunicação e se internaliza, construindo-nos

e, no transcorrer da vida, reconstruindo-nos de acordo com os contatos das múltiplas vozes que nos atravessarão.

Outro conceito bastante importante e que se relaciona com a pesquisa é a ideia de alteridade. Segundo Araújo (2020), a alteridade se refere aos sujeitos que nos constituem, uma vez que somos atravessados nas e pelas relações interpessoais pelo outro. Logo, nossa subjetividade é permeada pelos olhares e palavras dos outros, o que exclui a ideia de um ser humano internalizado, pois ele está nas relações do coletivo, ou mesmo na relação com outro sujeito.

A ideia de alteridade em Bakhtin se liga ao conceito de apercepção em Vigotski, uma vez que se refere à “[...] experiência que trazemos para a percepção exterior e [que] determinam o modo pelo qual o novo objeto será percebido por nós” (VIGOTSKI, 2018, p. 179). Desde que surgimos no mundo e entramos em contato com o meio em que habitamos, vamos sendo atravessados por experiências ligadas ao outro. O outro está presente, o outro está no meio, o outro me torna eu. Com isso, o autor quer nos dizer que, ao construirmo-nos com base no outro, construímos também um conjunto ideário valorativo, subjetivo, mas que compõe o todo da sociedade. Por esse motivo, Bakhtin refere-se à memória em dois tempos: o passado e o futuro.

Para se compreender a memória de futuro em Bakhtin, temos que entender que a própria memória não é algo perdido no futuro, mas que retorna ao presente com conotações estéticas daqueles que narram um acontecimento. A memória de futuro também se mostra no presente, uma vez que está permeada de aspectos morais que, atravessadas à estética do passado, criam uma narrativa do que foi com vistas ao que será (ou poderia ser). Neste momento, passado e futuro se encontram no presente.

Assim, a pesquisa buscou aproximar os conceitos de base teórica com a estratégia metodológica para, posteriormente, interpretar os dados produzidos levando em conta este contexto de estudo. Para o alcance dos objetivos propostos, foi utilizado o método de pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que trabalhamos com as narrativas singulares de professoras que participaram de um dado momento histórico e, portanto, não produzem dados estatísticos. Neste aspecto, ressaltamos a importância tanto do sujeito-locutor, quanto do sujeito-entrevistador, uma vez que ambos estão numa relação dialógica que se interdepende na construção de uma narrativa que interessa e atravessa a ambos.

Dentro da natureza qualitativa da pesquisa, elegemos a perspectiva do estudo a partir das narrativas, por valorizarmos os aspectos subjetivos dos sujeitos envolvidos nas entrevistas, muitas delas, professoras com visões de mundo e da educação diferentes, mas presentes em um mesmo contexto.

Outrossim, a perspectiva histórico-cultural esteve em voga na pesquisa, guiando nossa análise dos dados produzidos, tendo em mente que uma pesquisa que se propõe a estudar as narrativas pela perspectiva histórico-cultural deve estar sempre alerta para os caminhos a serem percorridos, com as paisagens ao redor, as pausas, os percalços, e não apenas com o destino que se quer atingir.

Para a produção de dados optamos por realizar uma série de entrevistas semiestruturadas na perspectiva das narrativas. Devido ao momento pandêmico, foram observadas todas as normas de segurança necessárias. Foi construído um roteiro com as questões contidas nas entrevistas, mas reiteramos que as entrevistadas ficaram livres para manifestarem-se sobre outras questões que lhes tocaram no decorrer do processo. As entrevistas foram individuais, tanto pelo momento pandêmico que vivenciamos, quanto pela realidade vivida pela maioria das entrevistadas, que estão aposentadas e/ou não moram em comunidades próximas.

Foram entrevistadas sete professoras, além de duas profissionais que trabalharam no subnúcleo³ de educação no município de Marilândia-ES. A necessidade das duas últimas entrevistas se deu pela menção ao órgão estadual nas entrevistas das professoras. Após a produção dos dados, estes foram transcritos e divididos por categorias, para facilitar sua análise, envolvendo elementos como a formação, atuação, sujeitos, práticas, percepções, dentre outros elementos do contexto à época.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível notar que se repete no município o que muitos estudiosos da história da educação especial, como Jannuzzi (2004) e Mazzotta (2011), já haviam constatado em suas obras: as décadas em tela foram

³ Os subnúcleos eram órgãos da educação estadual que ficavam localizados em cada município do Espírito Santo. Representavam uma extensão dos núcleos, presentes em cidades maiores e que hoje seriam comparáveis às Superintendências Regionais de Educação (SRE's). No nosso caso, o subnúcleo de Marilândia-ES respondia ao núcleo de Colatina-ES.

marcadas pela transição da segregação para a integração. Cabe dizer que algumas de nossas entrevistas já tinham em si a constatação da necessidade do atendimento especializado para o público-alvo da educação especial, mas esbarravam nas dificuldades de uma época de política austera na educação, num país que saía da crise deixada pelo Regime Militar. Assim sendo, conforme avançou o aparato legal que garantia a integração do aluno com deficiência à escola comum, avançou também o debate em torno de como proceder para tal, consolidando-se numa necessidade visível com a municipalização das escolas, no último quarto de nosso recorte temporal, embora aplicada de maneira insípida, conforme nos relataram nossas entrevistadas.

Também pudemos perceber os traços do momento histórico vivido em relação ao papel das instituições especializadas no processo em voga, no caso, a APAE, muito presente no município. Quando falamos sobre o aluno com deficiência e o atendimento escolar ou mesmo a formação de professores, estiveram presentes nos relatos das professoras esta instituição, o que nos revelou sua influência no período em tela e sua predominância no atendimento até então. Inclusive, talvez por influência da segregação presente no contexto desta instituição, descobrimos a existência de uma sala segregada no centro da cidade, em uma escola comum.

Neste sentido, foi possível perceber que o impacto das políticas referentes à educação especial foi tímido no município, o que resultou também na preparação dos professores para esta modalidade de ensino que, no geral, foi inexistente e, quando houve, foi num contexto específico – para atender a demanda de uma aluna com cegueira.

Ademais, percebeu-se a dificuldade como um todo das professoras, não só com a modalidade da educação especial, mas em outros aspectos, como falta de material, de acesso à informação, de adaptação da estrutura física da escola e de apoio do Estado. Entretanto, mesmo com as adversidades, num contexto geral, as professoras tentaram transformar sua prática docente para atender à diversidade da sala de aula, quando não, reconheciam que havia a necessidade de repensar as práticas e contar com o apoio técnico para tal.

Identificamos como uma potencialidade do período em relação ao aluno com deficiência na escola comum, a boa convivência deles com os outros sujeitos da

escola, fator estimulado pela ação cuidadosa das professoras que organizavam o meio para receber esses sujeitos ou mesmo resultante da vida em comunidade.

Além disso, pudemos perceber que as ações oficiais foram tímidas e tiveram pouco impacto na ação docente no período em tela. Quando houve a intervenção do Estado na prática docente voltada à educação especial, ela rendeu bons frutos, como no caso da aluna com cegueira que recebia muito apoio teórico e técnico. Ou seja, poderíamos nos perguntar se esta atenção fosse dada de maneira geral, contemplando os alunos identificados como público-alvo da educação especial à época, se não teríamos um avanço ainda maior na educação sob a perspectiva inclusiva. É claro que, para tal, outros movimentos deveriam ter ocorrido – e que foram falhas da época – como uma maior identificação deste público escolar, afim de direcionar estratégias condizentes com seu desenvolvimento e com suas características orgânicas. O que pudemos perceber nos relatos das professoras é que apenas os alunos com deficiências visíveis entravam no radar da educação especial.

Outrossim, percebemos a característica da integração, uma vez que o aluno estava na escola, mesmo que não identificado como público-alvo, mas, como ainda não havia inclusão com viés pedagógico, o cenário desejado não acabava se concretizando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao título da dissertação, UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA-ES: MEMÓRIAS E NARRATIVAS (1980-1999), trouxemos historicamente o posicionamento das professoras que participaram do processo, com a certeza de que os enunciados proferidos por elas não dão conta de toda a realidade vivida, mas nos dão indícios importantes para entendermos aspectos marcantes do que foi. Lembremos que Bakhtin nos explica que o diálogo real é a forma mais clássica e simples de comunicação discursiva (2003, p. 279) e que, portanto, pode ser base para a réplica, que aqui está contida em forma de estudo acadêmico.

Neste contexto, o período de nosso estudo, 1980 a 1999, nos pareceu um período de transição da segregação para a integração, revelando os limites dos atos legais quanto à educação dentro de uma perspectiva inclusiva. Em um período de grandes dificuldades sociais, as professoras – praticamente sem apoio do Estado – não tinham

formação, materiais disponíveis ou informações suficientes para trabalharem com os alunos público-alvo da educação especial e, quando identificavam este público, suas práticas pedagógicas eram desenvolvidas com base em sua realidade objetiva com esses sujeitos, o que revelou que havia, mesmo que em fase embrionária, a ideia de inclusão pedagógica desses alunos. Não podemos afirmar que a inclusão pedagógica ocorria, mas podemos constatar que ela estava em vias de desenvolvimento, com a tomada de consciência sobre a importância da presença dos alunos com deficiência na escola comum e a maior proximidade do Estado em relação à educação no município, com a municipalização das escolas.

O que esta pesquisa deixa em aberto é o que veio depois. Sabemos que a entrada do novo século e a chegada ao Executivo Federal de um partido que deu mais importância ao social impactariam nas políticas educacionais, inclusive na educação especial. Resta-nos esperar que este texto dialógico seja continuado e é impossível que não seja, pois, toda obra é o elo de uma corrente discursiva, mesmo que não seja uma réplica escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. P. M. **Assim como as borboletas**: Bianca e a Síndrome de Turner. Tese (Doutorado em Educação). p. 156. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória-ES, 2020.

ARAÚJO, M. P. M; TRENTO, S. da S. M. Processos de subjetivação. *In*: BRAGA, Lívia Vares da Silveira; DRAGO, Rogério (Org.). **Vigotski**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Wak, 2020. p. 125-146.

ASSIS, F. A. N. de. **Inclusão educacional de crianças com deficiência no município de João Pessoa**: as representações sociais das mães (1996-2006). Dissertação (Mestrado em Educação). p. 114. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa-PB, 2009.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, M. M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOTELHO, T. A. S. **Educação Especial em Corumbá-MS no período 2004-2018**. Dissertação (Mestrado em Educação). p. 125. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Corumbá-MS, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 31 de ago de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 01 de set de 2021.

COSTA, R. A. S. S. da. **O campo da educação inclusiva em São José dos Campos-SP (1989-1998)**. Dissertação (Mestrado em Educação). p. 132. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife-PE, 2014.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MERCADO, E. L. de O. **Identidades do professor de Educação Especial no contexto de Maceió-Alagoas**. Tese (Doutorado em Educação). p. 318. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió-AL, 2016.

SANTOS, M. C. P. dos. **A política da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: trajetórias de uma política em ação no município de Tucano – Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). p. 188. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana-BA, 2015.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. **Educação Especial em Roraima: história, política e memória**. Tese (Doutorado em Educação Especial). P. 359. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos-SP, 2013.

VERNICK, M. da G. L. P. **A política de Educação Especial do município de Pinhais – PR (2008-2011) e o direito à educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação). p. 184. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba-PR, 2013.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Tradução: Paulo Bezerra. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, educação e desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. Tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929: psicologia concreta do homem. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n. 71, jul./2000.